

garantir condições de sobrevivência nas grandes cidades, fazendo aumentarem os bolsões de miséria.

É sabido que a agricultura, desde a implantação do Plano Real, foi usada com destaque pelo Presidente da República como uma "âncora verde", e representou significativa participação na balança comercial do País, bem como colaborou para a estabilidade de preços e para a manutenção da inflação em patamares baixos, conforme demonstram os índices oficiais de inflação.

Apesar disso, a agricultura foi relegada a segundo plano, esmagada por juros de financiamento extremamente altos e por sucessivas quebras na produção, decorrentes de clima desfavorável. Nesse período, o endividamento do setor rural cresceu muito.

Os sucessivos índices de correção de financiamentos –TR, TBF e TJLP –, todos refletindo uma expectativa de alta da inflação, acabaram penalizando a atividade agropecuária, por um lado obrigada a obter ganhos de produtividade e a produzir com maior eficiência para enfrentar a concorrência externa, e por outro submetida a custos de produção cada vez maiores (por serem importados os insumos, na maioria dos casos) e ainda à queda dos preços dos produtos agrícolas.

Ora, está claro que a agricultura necessita de maiores incentivos. Não pode continuar pagando juros anuais de TJLP (14,5%) e mais 6%, enquanto as metas de inflação são de menos de 8% ao ano. Também os pequenos produtores necessitam ter acesso a linhas mais baratas de crédito para investimento, com juros fixos e prazo dilatado, tais como Prosolo e Proleite, linhas essas hoje bastante limitadas, em função da carência de recurso e também da concentração do pouco que existe em alguns estados.

O financiamento na modalidade Pronafinho é o mais viável hoje, com juros de 5,75% ao ano e rebate de parte do valor no momento do pagamento; são viáveis também as linhas de crédito semelhantes às do Banco da Terra, com juros fixos e prazo de 20 anos para pagar.

Solicito, então, a imediata extinção da Taxa de Juros de Longo Prazo dos financiamentos agrícolas, por acreditar que seja ela a grande responsável pela quebradeira geral na atividade agropecuária; ao mesmo tempo, solicito a liberação de recursos na modalidade Pronafinho via Cooperativas de Crédito, já que hoje essa linha está restrita aos clientes do Banco do Brasil, fato esse que limita em muito a chegada do recurso a um grande número de pequenos produtores.

Creio que isso vem ao encontro aos anseios dos pequenos agricultores, já quase sem forças para con-

tinuar brigando por um futuro melhor. Por isso, peço o apoio dos nobres pares para minimizar as dificuldades da agricultura familiar.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Zona da Mata de Pernambuco tem todo um potencial de riquezas fisiográficas, econômicas, culturais e humanas, mas é também uma região de desafios. Para melhor entender sua problemática, cumpre situá-la no seu contexto geográfico e histórico.

Os solos que compõem a Zona da Mata, tratando-se de uma área de transição entre o litoral e o agreste (numa perspectiva generalizada), são em tudo propícios à exploração, particularmente no que concerne à agricultura ou à agroindústria. A topografia, porém, dado ao chapadão que a corta em larga extensão, nem sempre se presta às atividades produtivas que nela tradicionalmente ocorreram e ocorrem.

A monocultura açucareira, traço mais nítido dessa exploração, marcou em definitivo a paisagem socioeconômica do Estado e foi, com o tempo, experimentando processos cíclicos de dificuldades.

Com a introdução de modernas técnicas industriais no setor açucareiro e sucroalcooleiro, não tardou a aprofundar-se o processo crítico responsável por disfunções sociais que contribuíram para o relativo empobrecimento dessas atividades.

Não apenas se alteraram, nas últimas décadas, os métodos e mecanismos ligados ao setor, como também se transformaram as relações de trabalho nele predominantes de forma arraigada e conservadora. O declínio setorial, inclusive pela competição dentro e fora do País, passou a exigir uma reformulação de conceitos e interferências ainda hoje em curso, tanto no nível público quanto no privado.

Na verdade, à Zona da Mata está sendo oferecida, no momento, a sua maior oportunidade de retragar rumos com vistas a um mais efetivo aproveitamento dos seus potenciais.

Uma das maneiras mais eficientes de fazê-lo repousa, sem dúvida, na abertura de novas frentes de exploração produtiva sem impedimento da valorização e da modernização do seu núcleo tradicional, que ainda hoje é indispensável à economia do Estado e cuja importância pode experimentar substancial incremento por conta da utilização efetiva do álcool como combustível motor.

A diversificação econômica, inclusive com a intensificação do projeto industrial, é um dos caminhos a ser perseguido. Para tanto, a localização geográfica da Zona da Mata, seja no contexto estadual, seja no

regional, é altamente conveniente — e não somente a localização, mas também a demografia, dado o elevado índice populacional das cidades de pequeno e médio portes que se foram instalando às margens dos rios e à sombra dos planaltos, com sua infra-estrutura física e suas instituições de ensino de todos os níveis.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esses aspectos já seriam suficientes para demonstrar a viabilidade econômica da área, em particular no que respeita à exploração turística. Mas podemos ir muito mais longe, pois a Zona da Mata é rica em história e cultura, ingredientes fundamentais para a instalação de pólos turísticos ou para o revigoramento dos já existentes.

Foi nesse sentido que, à época em que estive à frente do Governo de Pernambuco, visualizei a problemática dessa macrorregião de forma integrada e ao mesmo tempo inovadora. Busquei dotá-la de melhor embasamento estrutural, de maneira a que atraísse, nos três setores econômicos, empreendimentos que viessem a abrir novas perspectivas de progresso e racionais alternativas de geração de renda e emprego.

Intensivos programas viários, energéticos, hídricos, agrários, habitacionais, educacionais e sanitários foram nela implementados. Todavia, a despeito desse empenho sistemático, muitos dos problemas típicos da área ainda persistem, até mesmo pelo perfil socioeconômico-cultural, um tanto refratário a mudanças que somente o tempo logrará cristalizar.

Como, na atual administração estadual, verifica-se a mesma concepção de interferência do Poder Público em benefício da área, de par com a inovadora mentalidade empresarial que nela já se afirma, é lícito esperar que a Zona da Mata venha a assumir a posição de dinamismo e modernização que lhe compete no panorama estadual. E, sem dúvida, nesse contexto, o setor turístico deve exercer papel fundamental.

Condições favoráveis para tanto não faltam à Zona da Mata. A região não apenas constitui um dos portões de entrada para o interior pernambucano, como também uma ponte de ligação, um eixo de suporte para as diversas regiões e sub-regiões que compõem o mosaico socioeconômico do Estado.

É nessa perspectiva sistêmica que se inscreve o componente turístico. Isso porque o turismo é, ao mesmo tempo, vetor e conseqüência, fator e manifestação, causa e efeito do processo econômico e social. Na mesma medida em que induz, ele também é induzido.

Não se fomenta o turismo a partir do puramente existente, como uma dádiva da natureza. O ambiente

natural fornece, digamos, em certos casos e aspectos, a matéria-prima a ser beneficiada pelos gestores públicos e pelos agentes sociais. E, quando se acrescentam às dotações naturais os atrativos culturais, fecha-se o círculo virtuoso da potencialidade.

É o que acontece, como vimos, na Zona da Mata, com o artesanato peculiar, o vigor artístico, as ricas manifestações folclóricas, a intensidade das expressões populares, as atividades esportivas, o acervo histórico, a tradição cultural.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos esses fatores conjugados representam significativa fonte de desenvolvimento para esse complexo regional de elevado grau de urbanização, onde se destacam núcleos geopolíticos integrados à dinâmica litorrânea e, no mesmo passo, às características marcantes das áreas agrestinas e sertanejas. A Zona da Mata superará seus desafios tão mais rápida e consistentemente quanto mais rápida e consistentemente se implementarem projetos e programas adequados às suas potencialidades e peculiaridades; e, como dentre elas figuram as vinculadas ao segmento turístico, cumpre fomentá-lo dentro de linhas de prioridade proporcional à urgência de modernização requerida pelos seus habitantes.

Era o que tinha a dizer.

O SR. FEU ROSA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os aqui presentes certamente já ouviram falar do Rotary Club, uma impressionante organização atuante em 158 países, nos quais reúne 1 milhão e 200 mil sócios agregados em 29 mil distritos, que se dedicam, voluntariamente, a promover o progresso moral e material da humanidade.

O Rotary Club é o maior clube de serviços do mundo, e, como tal, envolve cifras gigantescas e feitos admiráveis. A Fundação Rotária, patrocinada exclusivamente por doações de rotarianos e de outros cidadãos que com eles compartilham o ideal de um mundo melhor, lista, entre suas vitórias, o sucesso de um programa lançado em 1984 com o objetivo de erradicar a paralisia infantil do nosso planeta. Nesse programa já foram investidos, apenas pelo Rotary, cerca de 330 milhões de dólares, e até 2005 espera-se ter riscado do mapa essa doença.

A educação é outra área em que a Fundação Rotária desenvolve trabalhos de enorme significação social. Seus projetos educacionais constituem o maior programa internacional de bolsas de estudos financiado por uma entidade privada. São cerca de 1.300 as bolsas distribuídas anualmente para estudos no exterior pela entidade, que também oferece subsídios